

Dinheiro sai no início da próxima semana

O FMI depositará em Washington, segunda ou terça-feira, em nome do Brasil, a primeira parcela trimestral, de US\$ 238 milhões, do empréstimo *stand by* de US\$ 2,1 bilhões, concedido ao país como resultado da aprovação da carta de intenções do governo brasileiro. A informação foi dada ontem pelo secretário de Planejamento, Pedro Parente, principal negociador brasileiro com o FMI.

Parente informou que a aprovação do acordo significará que o Banco Mundial retomará seus financiamentos ao Brasil, liberando, até o final do ano, pelo menos US\$ 750 milhões. O FMI deve repassar ao Banco Central brasileiro, até dezembro, pelo menos US\$ 1 bilhão. De todos esses empréstimos, 25% ficarão numa conta especial nesses organismos, que servirão como garantia brasileira aos bancos estrangeiros de que não fará nova moratória da dívida externa.

A ordem do presidente Fernando Collor, segundo Parente, é cumprir "custe o que custar" as metas trimestrais previstas no programa de 20 meses aprovado pelo FMI. Comissão de assessores do ministro da Economia reuniu-se ontem pela quarta vez para analisar se as metas estão sendo cumpridas ou se algum problema começa a se apresentar. O acordo com o FMI tem validade desde 1º de janeiro.

Com tanta certeza de que as metas serão cumpridas, o secretário acredita que no segundo semestre o Brasil se candidatará a uma ampliação do financiamento decidido anteontem pelo FMI. Os países sócios do Fundo podem pleitear essa extensão do empréstimo, conhecido por *Extended Fund Facility*. Nesse caso, o atual programa de 20 meses passará para 36 meses, e o Brasil terá direito a pleitear um financiamento adicional, que poderá dobrar os atuais US\$ 2,1 bilhões.

Para cumprir o programa, segundo Parente, a limitação de gastos do orçamento da União atingirá este ano inclusive despesas com pessoal. "Queremos evitar o que aconteceu no ano passado, quando alguns órgãos gastaram mais e outros menos", explicou. A idéia da equipe econômica é liberar, por enquanto no máximo 30% das verbas previstas no orçamento, que até ontem não havia sido encaminhado pelo Congresso ao Palácio do Planalto, 45 dias depois de aprovado.

O atraso na conclusão do documento, conforme explicações da presidência da Câmara ao Ministério da Economia, deve-se a erros no processamento de dados do Congresso. Até 15 de fevereiro, o governo terá de encaminhar ao Congresso um novo orçamento, desta vez o Plano Plurianual de Investimentos, do qual constam as prioridades do governo na aplicação de recursos no período 1993-95.